

Campo para a negociação política

por Jane Filipon
de Porto Alegre

A negociação política da dívida externa brasileira é um caminho que os próprios representantes de grandes bancos americanos aceitariam, sem maiores restrições, segundo revelou ontem o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), César Rogério Valente. O empresário gaúcho acaba de retornar de uma viagem de um mês pelos Estados Unidos, como convidado especial do governo americano. Valente garantiu em entrevista à imprensa que existe uma receptividade

muito grande dos banqueiros e do governo americano para que o Brasil estabeleça maior prazo para negociação de sua dívida externa. "Os bancos admitem um prazo de 15 a 20 anos e estão realmente convencidos de que no curto prazo o Brasil não saldará suas dívidas, pois há seis anos nada se quita do principal, somente juros."

Paralelamente à questão do prazo, os banqueiros e autoridades americanos exigem um respaldo maior da sociedade brasileira nas futuras negociações. Além disso, os bancos e o governo dos Estados Unidos não abrem mão de uma retomada do crescimento inter-

no do Brasil. "Estão inclusive dispostos a entrar na negociação de títulos públicos brasileiros, desde que tenham aval de entidades governamentais americanas", revelou Valente, o que demonstra, segundo ele, que uma renegociação, pela via política, nada tem de infundada, como pretendem crer algumas áreas do governo brasileiro.

A última negociação da dívida externa brasileira e que resultou em um empréstimo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões foi muito diferente, no entender do presidente da Federasul, do que os entendimentos mantidos em setembro de 1982. "Destá última vez o comitê de renegociação deu as cartas, tanto assim que as autoridades brasileiras se limitaram a simplesmente assinar. Os banqueiros agiram como síndicos de uma massa concordatária e deram ao País créditos emergenciais. Tanto assim que sobrarão como dinheiro novo tão-somente US\$ 500/700 milhões que ficarão como lastro no Banco Central para garantir as importações de petróleo, ameaçadas durante todo o ano de 1983." O comitê de renegociação da dívida externa brasileira aceita a inclusão de um empresário brasileiro entre seus pares. "Isto até agora ainda não ocorreu porque o governo brasileiro não mostrou qualquer interesse." A idéia continua de pé entre os banqueiros, conforme Valente, e um dos nomes mais cotados é o do empresário e ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal.

O presidente da Federasul acha que a onda protecionista que impera neste ano eleitoral americano trará dificuldades no comércio entre Brasil e Estados Unidos. "Principalmente em relação às nossas exportações de aço, onde o 'lobby' da U.S. Steel é forte." Contudo, o superávit de US\$ 9 bilhões para a

balança comercial brasileira não é questionado nos Estados Unidos. "Mas tanto o governo americano como os banqueiros estão conscientes das manobras contábeis efetuadas para o Brasil obter um superávit comercial em 1983." Valente constatou em sua recente viagem que há conflitos entre o Departamento de Estado e Câmaras de Comércio americanas quanto à condução dos entendimentos para solucionar os problemas do Brasil. "A Câmara de Comércio está interessada em proteger, primordialmente, os interesses das empresas americanas, e vencerá quem tiver maior poder de pressão."